



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

ENDEREÇO: Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.

FONE: (42) 3220-1000 - ramal 1454.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: prefeiturapg.decom@gmail.com

SEI: 123244/2025

1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021):

1.1 A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento de **Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.**

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, alínea XXIII, inciso 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

2.1 OBJETO:

Contratação de prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR.

TABELA

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UN (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|-----------------------------------|---|-----|-----|----------------|----------------------|
| 1 | Prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR. | SVÇ | 12 | R\$ 3.243,33 | R\$ 38.920,00 |
| VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO | | | | | R\$ 38.920,00 |

2.2 Especificações do produto / serviço:

2.2.1. DEFINIÇÕES:

a) **Manutenção Preventiva:** Definida como o conjunto de ações realizadas preventivamente com o objetivo de identificar possíveis problemas e falhas, a fim de evitar a ruptura do ciclo normal de funcionamento da operação de maneira inesperada, reduzindo a probabilidade de interrupção e falhas dos equipamentos e instalações durante a jornada de trabalho.

b) **Manutenção Corretiva:** Definida como o conjunto de ações que visam atendimento das necessidades de reparo das falhas identificadas de equipamentos e/ou instalações, para restabelecer a normalidade da jornada de trabalho, neste caso, solicitada de maneira emergencial sob expectativa de pronto atendimento.

2.2.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A prestação dos serviços compreende:

a) **Manutenção preventiva:** Será realizada através de visitas mensais para limpeza e verificação



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

geral de todos os equipamentos, componentes e sistemas a fim de garantir a continuidade do seu adequado funcionamento, e a identificação de problemas preventivamente;

b) **Manutenção corretiva: Será realizada após identificação de problemas e/ou defeitos** durante a manutenção preventiva ou sob demanda após solicitação da CONTRATANTE, contemplando todos os reparos necessários com fornecimento de peças e materiais pela CONTRATANTE;

c) Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sob demanda da CONTRATANTE, contemplando substituições, manutenções, instalações e troca de peças;

d) Acionamento da CONTRATADA, a qualquer tempo, para realização de instalações e adequações necessárias no CFTV, **com prazo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas após a abertura do chamado;**

e) Acionamento da CONTRATADA para solucionar casos e **situações emergenciais** com necessidade de manutenção corretiva, **o atendimento nesses casos deverá ser providenciado em no máximo 4 (quatro) horas após solicitação de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.**

f) Para comunicação e solicitação das situações emergenciais, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão disponibilizar canais de comunicação direta para execução dos serviços, providenciando as informações necessárias que possibilitem agilidade adequada para solucionar os problemas que originaram o chamado.

| TIPO DE SERVIÇO | PRAZO MÁXIMO |
|-----------------------------------|---|
| Manutenção Preventiva | Mínimo de 1 (uma) visita mensal |
| Manutenção Corretiva | Mediante solicitação em até 12 horas após abertura do chamado |
| Instalações e Adequações Diversas | Mediante solicitação em até 48 horas após abertura do chamado |
| Situações Emergenciais | Mediante solicitação em até 4 horas após abertura do chamado |

Observação: Consideram-se situações emergenciais (neste caso), aquelas que possam ocasionar prejuízos no atendimento ou comprometer a segurança de pessoas, serviços, equipamentos e outros bens, e que devem ser solucionados de imediato por profissionais com qualificação necessária à execução dos serviços.

2.2.3. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO:

a) A execução das Manutenções Preventivas e Corretivas serão nos horários de expediente do Aeroporto Municipal, sendo de segunda a sexta, das 9h às 17h e, excepcionalmente ou quando necessário, em finais de semana e feriados e/ou horário noturno. Para todos os casos, os serviços serão realizados com coordenação prévia entre as partes.

b) A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais especializados e capacitados para executar os serviços, responsabilizando-se pela qualidade da prestação dos serviços, peças e materiais utilizados, obrigando-se a substituir sem ônus ao Município os serviços executados de maneira inadequada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

c) Os profissionais envolvidos na execução de quaisquer dos serviços deverão, sob responsabilidade da CONTRATADA, respeitar todas as normas de segurança aplicáveis ao tipo e especificidade dos serviços, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados à sua execução.

d) A descarga dos materiais necessários para a execução dos serviços, a limpeza do local após a realização dos serviços, e o descarte dos lixos resultantes dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

e) Através de comunicação e planejamento prévio entre as partes, o CONTRATANTE será solidário em prover alternativas para o estoque e armazenamento dos materiais necessários para a execução dos serviços.

f) **A falta de inclusão ou identificação de determinado item no plano de manutenção preventiva ou corretiva, não desobriga a CONTRATADA de comunicar imediatamente à CONTRATANTE dos demais problemas por ela detectados, e das necessidades de executar a manutenção de todos os equipamentos;**

g) Através de comunicação e planejamento prévio entre as partes, o CONTRATANTE será solidário em prover alternativas para o estoque e armazenamento dos materiais necessários para a execução dos serviços.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

2.2.4. DA COMPRA DE PEÇAS E MATERIAIS SOB DEMANDA:

- a) Após identificados problemas, falhas, defeitos ou avarias que necessitem de substituição, instalação ou aplicação de peças, materiais e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado com a especificação, descrição, quantidade e valor para a CONTRATANTE, a fim de que seja providenciada a aquisição para troca.
- b) As peças, materiais e/ou equipamentos deverão ser detalhados e especificados de forma a evitar a compra desnecessária ou errada, devendo ser de primeira qualidade, originais e compatíveis com os equipamentos instalados no Aeroporto Municipal.

2.3. Natureza da contratação:

Contratação de prestação de serviços técnicos especializados com aptidão para realizar avaliações, diagnósticos, manutenções, instalações e verificações gerais e completas de sistemas de monitoramento por CFTV, contemplando manutenção preventiva, corretiva e eventuais reparos com fornecimento de peças, materiais e mão de obra para os aparelhos instalados no Aeroporto Sant'Ana - Comandante Antônio Amilton Beraldo – SBPG, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

Os serviços desta contratação se enquadram na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 21.500/2023.

A contratação objetiva, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

Objeto destinado à ampla disputa, tendo em vista a característica da aquisição, o que não interfere na concessão do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014, bem como da Lei Municipal 12.222/2015.

3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 3.1** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).
- 3.2** O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, a critério da Administração, desde que mantida a vantajosidade e com a anuência da empresa contratada na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.
- 3.3** A execução se dará a partir do recebimento, pela empresa, da Ordem de Execução dos Serviços.
- 3.4** O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

4. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS:

- 4.1** A pesquisa de preços foi realizada através de propostas comerciais com empresas do setor sediadas no município e região, após visita no local da prestação dos serviços, opção pela qual justifica-se:

A utilização de propostas comerciais como parâmetro para determinação do preço estimado dos serviços, deve-se em função da natureza do objeto em si, considerando fatores como: dimensionamento e disposição das câmeras e equipamentos no local da prestação dos serviços, os locais de acesso a esses equipamentos e o tempo resposta necessário para atendimento de eventuais chamados para atendimentos de urgências e emergências pela empresa a ser contratada. Tais fatores impactam diretamente na capacidade da empresa executar os serviços do objeto e, dessa forma, no dimensionamento adequado dos custos para sua execução.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

4.2 MAPA DE PREÇOS:

| Item | Descrição / Especificação | UND | QTD (Mês) | Fornecedor 1 | Fornecedor 2 | Fornecedor 3 | Média | Valor Total |
|--|---|-----|-----------|--------------|--------------|--------------|---------------------|----------------------|
| 1 | Prestação de serviços especializados em manutenção, instalação e verificação completa de sistemas de monitoramento para os equipamentos pertencentes ao CFTV do Aeroporto Municipal de Ponta Grossa/PR. | SVÇ | 12 | R\$ 3.650,00 | R\$ 3.100,00 | R\$ 2.980,00 | R\$ 3.243,33 | R\$ 38.920,00 |
| VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO | | | | | | | | R\$ 38.920,00 |

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

5.1 Após a pesquisa de preços, analisados de forma crítica e atendendo ao artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, conforme o mapa de preços.

5.2 Valor total da contratação: **R\$ 38.920,00 (trinta e oito mil, novecentos e vinte reais).**

5.3 Este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances da respectiva licitação.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021):

6.1 A justificativa da contratação, decorre da necessidade indispensável do provimento de manutenções preventivas e corretivas, substituição e reposição de peças, instalações, readequações e monitoramento constante de todos os equipamentos pertencentes ao Sistema de Monitoramento e CFTV instalados no Aeroporto Municipal.

A contratação tem por objeto principal garantir o funcionamento constante e adequado desses equipamentos, considerando o atendimento das necessidades indispensáveis de vigilância, controle e segurança dos pontos de acesso às áreas controladas, restritas, públicas e sensíveis no âmbito AVSEC (Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita), no perímetro do Aeroporto Sant'Ana - Comandante Antônio Amilton Beraldo – SBPG, conforme descrito na Resolução nº 515 de 08/05/2019, Seção I, Art. 10:

“V – Os pontos de acesso à ARS de agente público, deverão possuir monitoramento por meio de câmera de vigilância com gravação por, no mínimo, 30 (trinta) dias, solução de controle de acesso individual e identificação biométrica eletrônica.”

O CFTV é parte integrante do Programa de Segurança Aeroportuário (PSA) e a garantia do seu constante e adequado funcionamento visa o cumprimento de diretrizes e regulamentos específicos de Segurança da Aviação Contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), preconizados na Resolução nº 515 de 08/05/2019 e no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 107 – Emenda 9 emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que prescrevem o tema.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

Cabe ao Operador de Aeródromo (Aeroporto Municipal), prover recursos humanos e materiais a fim de mitigar falhas e problemas que causem interrupção no funcionamento do CFTV, garantindo o monitoramento permanente do perímetro aeroportuário, adotando ações preventivas contra vulnerabilidades na segurança, identificando possíveis invasões e circulação de pessoas não autorizadas que podem gerar graves consequências, tais como, autuações, multas e sanções que incluem, inclusive, o fechamento do aeroporto e suspensão das operações por falta de segurança, falhas e deficiências na supervisão por meio do CFTV.

A fundamentação da contratação, seus quantitativos e demais condições encontram-se nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):

7.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, documento que precede este Termo de Referência.

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021):

8.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

9. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:

9.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor inicial/ total/ anual do contrato.

9.2 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

9.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.5 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.6 O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

9.7 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

9.8 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.9 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

10. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

Haverá exigência de garantia de execução dos serviços, conforme:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

- a) Para execução de serviços de manutenção corretiva 90 (noventa) dias contados a partir da conclusão da execução dos serviços;
- b) No período de garantia a CONTRATADA deverá revisar e corrigir serviços que não estejam de acordo com a demanda do CONTRATANTE.
- c) Todos os serviços executados, peças ou materiais substituídos pela CONTRATADA estarão sujeitos à aceitação da CONTRATANTE.
- d) A CONTRATADA fornecerá garantia para todos os serviços executados e contemplados nas ordens de serviço, não repassando qualquer tipo de ônus à CONTRATANTE.
- e) Não serão admitidos reaproveitamento e utilização de peças usadas, salvo se aprovado pela comissão de fiscalização com aceite de todos os membros.

11. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:

- 11.1** Não há exigência de amostras para o objeto.

12. DA SUSTENTABILIDADE:

12.1 Deverá a empresa adotar boas práticas de Sustentabilidade Social, Econômica, Ambiental, Ética e Política, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução de poluição ambiental.

12.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 11.328/2016 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

12.3 São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - Menor impacto sobre recursos naturais como fauna, flora, ar, solo e água;
- II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

12.4 Deverá garantir que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15.448-1 e 15.448-2.

12.5 Garantir que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

13.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

13.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

13.2 Da habilitação técnica

13.2.1 Deverá apresentar o(s) seguinte(s) documento(s) como habilitação técnica:

- a) Alvará de funcionamento emitido pela Administração Municipal da sede da licitante com validade vigente;
- b) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m), de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o desempenho de atividade e/ou



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata este processo licitatório

- c) Registro ou inscrição na entidade profissional competente (se houver);
- d) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- e) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- f) A empresa deverá apresentar profissional preposto como responsável técnico pelo contrato, com habilitação técnica comprovada em sistemas e ferramentas de monitoramento de TI, gerenciamento de acessos de rede, protocolos de comunicação, e administração de soluções de monitoramento de Data Center;
- g) Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto;
- h) A comprovação de experiência anterior poderá abranger até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, sendo vedadas restrições quanto a prazo ou local de execução, em conformidade com o Art. N° 67 da Lei n° 14.133/2021;
- i) Os atestados devem ser comprovadamente técnicos e com relação específica ao objeto desta contratação;

14. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6°, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei n° 14.133/2021):

14.1 Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

Prazo de execução: Até 10 (dez) dias úteis a partir da data da convocação para entrega ou execução do objeto.

Horário de execução: Conforme estabelecido no item 2.2.2.

Local de execução: Aeroporto Sant'Ana – Comandante Antônio Amilton Beraldo – SBPG – Rua Mathias Grani, n° 1001 – Cará-Cará – CEP: 84043-565 – Ponta Grossa/PR.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

15.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser revisados no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.3 Os serviços serão recebidos definitivamente, conforme art. 80, incisos I, alínea 'b' e II, alínea 'b' do Decreto Municipal n° 21.500/2023. Outrossim, constatados vícios de qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

15.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade sobre a garantia dos serviços.

15.5 Em caso de necessidade a CONTRATADA poderá solicitar adiamento de prazo de garantia desde que plenamente justificado e aceito pelo órgão requisitante e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

16. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6°, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei n° 14.133/2021):

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei n° 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

Gestor do Contrato:

Nome: LUAN RODRIGUES REAL.

Matrícula: 31402.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

Fiscal Administrativo:

Nome: LUIZ FERNANDO ABILHÔA.

Matrícula: 25202.

Fiscal Suplente:

Nome: SORAIA DI CARLA S. DA SILVA.

Matrícula: 25041.

17. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021):

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

17.2 A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa;

17.4 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

17.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021):

18.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026, conforme Demanda nº 474/2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº 061404/2025.

18.2 A dotação orçamentária para a contratação do objeto é: 10.003.26.781.0145.2.076, Código Reduzido nº 531.

18.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

18.4 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

19. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:

19.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações/2026, através das demandas:

- a) Demanda nº 474/2026 – Prestação de Serviços;

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

20.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

20.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

20.1.3 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

20.1.4 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

20.1.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

20.1.6 Paralisar por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que se esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

20.1.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

20.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

20.1.9 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

20.1.10 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

20.1.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

20.1.12 É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

20.1.13 Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar manual do usuário e termo de garantia do objeto.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

20.1.14 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

20.1.15 Toda a mão de obra necessária para a logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

20.1.16 Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

20.1.17 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação de rede de assistência técnica autorizada.

20.1.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

20.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto contratual e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

20.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

20.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

20.1.22 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

20.1.23 Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

20.1.24 Os bens que demandarem de uma logística no seu deslocamento, cujos custos de entrega (frete) até o local determinado pelo Contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

21.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

21.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

21.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com o contrato a ser firmado.

21.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

21.5 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

21.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

21.7 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

21.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

21.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

21.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

21.12 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

21.13 Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

21.14 Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.

22. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:

22.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data de início de vigência do contrato.

22.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

22.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

22.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

22.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.8 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.

22.9 Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.

22.10 Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.

22.11 Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

22.12 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

22.13 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

23.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

23.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS:

24.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 2 de fevereiro de 2026.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

Assinado por:

Mario Allonso Lemos

02/02/2026 - 10:16

YXMVOVCVSLYZEVVCDYFOQ

MARIO ALLONSO LEMOS
Diretor de Administração Aeroportuária
Elaborador do TR

Assinado por:

Faynara Cristina Merege Barbosa

03/02/2026 - 11:37

IFLFHCYBQFEBJEVSBWLYUW

FAYNARA CRISTINA MEREGE BARBOSA
Secretária Municipal de Indústria, Comércio
e Qualificação Profissional
Revisora do TR



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

ANEXO
PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

| Identificação do Termo Contratual | | | |
|---|---------------|-------------|-------|
| Contrato nº | | | |
| Data de Assinatura | | | |
| Data de Publicação | | | |
| Valor Contratual | | | |
| Prazo de Vigência | Data Inicial: | Data Final: | |
| Empenho | Nº | Valor: | Data: |
| Data de Emissão da Ordem de Serviço | | | |
| Prazo de Execução | Data Inicial | Data Final | |
| Edital de Licitação nº | | | |
| Objeto do Contrato: | | | |
| Obrigações do Contratante: <i>(colocar o que está previsto no contrato e o que foi estipulado como critérios de aferição notificados para a empresa)</i> | | | |

| Condições da Prestação | |
|------------------------|--|
| () Excelente: | Atendidas todas as condições do contrato e do edital, com bens e serviços de ótima qualidade. |
| () Ótima: | Atendidas as condições do contrato e do edital com bens e serviços que atendem as exigências básicas da legislação. |
| () Boa: | Atendida a parte essencial do contrato, havendo necessidade de se observar os critérios colocados, no prazo de 30 dias, sob pena de apontamento para penalidade. |
| () Ruim: | Não foram atendidas as necessidades essenciais ou não foram atendidos os critérios colocados no prazo definido. |



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

| Quanto a documentação | | |
|--|---------|---------|
| A empresa apresentou certidão negativa de débitos municipais | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou certidão de regularidade quanto ao FGTS | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou certidão negativa previdenciária | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou rol de pessoas que trabalham na execução do serviço* | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou quadro de horário dos empregados* | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou os contratos que mantém com outras empresas em caso de ser permitida total ou em parte a terceirização de serviços | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou comprovante de recolhimento de encargos sociais contendo o nome dos empregados que prestam serviços relativos ao contrato com o Município | () Sim | () Não |
| A empresa apresentou comprovante de retenção/pagamento de IR e INSS relativo ao contrato dos terceirizados | () Sim | () Não |

(*) somente para prestadoras de serviços.

| Condições dos Produtos | |
|--|---|
| () Excelente: | Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização. |
| () Ótima: | De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas. |
| () Regular: | Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade. |
| () Irregular: | Os produtos não estão de acordo com as normas técnicas e apresentam falhas ou defeitos que não recomendam o uso. <i>(neste caso tirar foto do produto, anexando ao processo, ou pegar amostra certificando o entregador e pegando a assinatura de duas testemunhas no local. No caso de ser produto alimentício, envolver a amostra em plástico e guardar no freezer, para eventual perícia).</i> |
| Situações não atendidas: <i>(especificar a obrigação constante no contrato e em que sentido deixou de ser atendida)</i> | |
| Atrasos ocorridos: <i>(especificar data prevista para entrega, informar se houve notificação quanto ao atraso, informar se posteriormente ocorreu a entrega)</i> | |



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

| | |
|--|--|
| Condições dos serviços | |
| <input type="checkbox"/> Excelente: | Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização. |
| <input type="checkbox"/> Ótima: | De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas. |
| <input type="checkbox"/> Regular: | Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade. |
| <input type="checkbox"/> Irregular: | Os serviços não estão sendo prestados em conformidade com o desejado pela Secretaria ou pelos usuários. <i>(neste caso relatar a situação, por exemplo, falta de pessoal, falta de material, falta de urbanidade no atendimento)</i> |
| Observações complementares | |
| | |
| Situações não atendidas | |
| <input type="checkbox"/> | Os prestadores de serviço da contratada não estão registrados corretamente. |
| <input type="checkbox"/> | Os prestadores de serviço da contratada não estão ligados à empresa por meio de contrato de prestação de serviços |
| <input type="checkbox"/> | Há irregularidade nos pagamentos aos contratados |
| <input type="checkbox"/> | Não há recolhimento de encargos sobre a prestação de serviços dos contratados |
| <input type="checkbox"/> | Não estão sendo cumpridas regras básicas trabalhistas <i>(fornecimento de uniforme, pagamento de horas extras, pagamento de adicional de insalubridade, etc. Neste caso especificar o que se verificou a falta).</i> |
| <input type="checkbox"/> | Está ocorrendo terceirização de serviços ou sub contratação, não havendo permissão neste sentido no contrato. |

| | |
|---|--|
| Observações gerais: <i>(fazer observações por escrito em cada item ou colocar: “nada a apontar”)</i> | |
| a) Quanto a necessidade de notificação para regularização de item apontado: | |
| b) Alertas sobre necessidade de prorrogação do contrato, no caso do serviço ou bem ser considerado de qualidade e necessário ao serviço público: | |
| c) Alerta sobre necessidade de averiguação de quantitativos para mais ou menos para atender as necessidades do poder público: | |
| d) Alerta sobre a necessidade de se iniciar estudos para nova contratação, uma vez que o contratante não está atendendo as necessidades da administração pública: | |



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

| | |
|---|--|
| e) Alerta quanto a necessidade de recomposição de equilíbrio econômico financeiro: <i>(neste caso o Departamento Administrativo da Secretaria deverá fazer planilha comparando os preços do mercado na data da contratação, os preços contratados e os preços praticados por pelo menos 3 empresas em face dos mesmo serviços, demonstrando que o preço não está de acordo com o mercado, sendo necessário ajuste. Informar ainda que o motivo excepcional, não passível de previsão por ocasião da contratação gerou aumento de valor que impossibilita a regular continuidade do contrato)</i> | |
| f) Outros: <i>(relatar por escrito suas observações sobre o cumprimento do contrato, tendo como premissa que a Administração Municipal pretende sempre o melhor serviço/produto).</i> | |
| Alterações do Termo Contratual <i>(informar todas as alterações realizadas durante o período)</i> | |
| Termos de Aditivo | |
| Termos de Apostilamento | |
| Retificações | |

| | |
|-----------------------------|--|
| Informações do Saldo | |
| Valor Empenhado | |
| Valor Pago | |
| Saldo | |



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SMICQP

| | |
|--|----------------------|
| Órgão responsável pela gestão do Contrato: | |
| Identificação do Fiscal responsável | Nome: |
| | Matrícula Funcional: |
| Período fiscalizado | |
| <p style="text-align: right;">Em, ____/____/____</p> | |
| <p style="text-align: center;"><i>Carimbo e Assinatura do Fiscal</i></p> | |